

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1	Colocação do tema	17
1.2	Justificativa do tema	21
1.3	Campo disciplinar	25
1.4	Plano de trabalho	30
1.5	Normalização do texto	31
1.6	Referências bibliográficas	35

2. SENTIDOS DE FUNÇÃO

2.1	Função: conceito-chave	37
2.2	Função: conceito (quase) inofensivo	39
2.3	Função: conceito problemático	40
2.4	Critério da distinção e critério da capacidade	44
2.5	Sentidos de função no Direito Constitucional	47
2.5.1	Função como atividade	49
2.5.2	Função como tarefa	51
2.5.3	Função como dimensões ou aspectos da norma jurídica .	57
2.5.4	Função como eficácia jurídica	59
2.5.5	Função como Poder estatal	64
2.5.6	Função como competência	71
2.5.7	Função como relação de referência normativa	74
2.5.8	Função social da propriedade	77
2.6	Recapitulação sumária e critério adicional (Dimensão)	82

3. MODELOS DE COMPREENSÃO

3.1	Modelos de compreensão – teoria	85
3.2	Espécies de teleologia	86

3.3	Espécies de funções	92
3.4	Sistemas de referência	94
3.5	Atribuição funcional e finalidades intrínsecas (fins últimos)	97
3.6	Modelos de compreensão – prática	98

4. CONSTITUIÇÃO COMO ARTEFATO

4.1	Modelo funcional	101
4.2	Estrutura formal – função como efeitos ou objetivos pretendidos....	102
4.3	Aplicações nas Ciências Sociais	105
4.4	Aplicações no estudo do Direito	109
4.4.1	Artefato máquina de coação	115
4.4.2	Artefato instrumento de governo	119
4.4.3	Artefato instrumento de persuasão	120
4.4.4	Artefato instrumento do poder	121
4.5	Aplicações no Direito Constitucional	122
4.5.1	Constituição como artefato	122
4.5.2	Artefato instrumento de governo	127
4.5.3	Artefato folha de papel	134
4.5.4	Artefato <i>Norma Normarum</i>	138
4.5.5	Artefato juridificador do Poder	140
4.6	Análise crítica	143
4.6.1	Análise formal	143
4.6.1.1	Critério da distinção – metafísica da intenção do locutor	143
4.6.1.2	Critério da capacidade – idealismo utópico	149
4.6.1.3	Critério da dimensão – árvores sem floresta	154
4.6.2	Análise substancial	155
4.7	Reformulações do modelo	156

5. CONSTITUIÇÃO COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO

5.1	Modelo funcional	159
5.2	Estrutura formal – Função como conseqüências positivas	160
5.3	Aplicações nas Ciências Sociais	163
5.4	Aplicações no estudo do Direito	173
5.5	Aplicações no Direito Constitucional	177
5.5.1	Fórmula de Hesse: ordem jurídica fundamental, material e aberta	180
5.5.2	Tarefa: unidade política e ordem jurídica	180
5.5.3	Estrutura: abertura e clausura	185

5.5.4	Função: peculiaridade	189
5.5.5	Coordenação: rigidez e mobilidade	191
5.5.6	Realização e retroalimentação: força normativa e vontade de constituição (consenso fundamental)	194
5.6	Análise crítica	198
5.6.1	Análise formal	200
5.6.1.1	Critério da distinção – metafísica do equilíbrio	200
5.6.1.2	Critério da capacidade – sucesso e fracasso funcional ..	206
5.6.1.3	Critério da dimensão – metafísica da retroalimentação .	211
5.6.2	Análise substancial	215
5.7	Reformulações do modelo	220

6. CONSTITUIÇÃO COMO JARDIM DE JUSTIÇA

6.1	Modelo funcional	227
6.2	Estrutura formal – função como contribuições aos objetivos do sistema	228
6.3	Aplicações nas Ciências Sociais	232
6.4	Aplicações no estudo do Direito	233
6.4.1	A finalidade do Direito	233
6.4.2	Direito como tipo funcional	240
6.5	Aplicações no Direito Constitucional	246
6.5.1	A busca pela Justiça	247
6.5.2	Teoria da Justiça em espanhol	254
6.5.3	Teoria culturalista em português	261
6.6	Análise crítica	266
6.6.1	Análise formal	266
6.6.1.1	Critério da distinção – metafísica da Justiça	266
6.6.1.2	Critério da capacidade – sobrecarga constitucional e tipos de constituição	269
6.6.1.3	Critério da dimensão – metafísica da Justiça (reprise) ..	276
6.6.2	Análise substancial	277
6.7	Reformulações do modelo	281

7. CONCLUSÃO

7.1	O caminho percorrido	283
7.2	O caminho a percorrer	287

BIBLIOGRAFIA	289
---------------------------	-----